

GOVERNOS LOCAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CUIABÁ*

Imar Domingos Queiróz**

RESUMO

O presente artigo analisa a relação que se estabeleceu entre os governos locais e as organizações de bairro em Cuiabá no período de 1986 a 1996. Este período compreende três gestões municipais. A primeira, exercida entre 1986 e 1988, refere-se ao chamado Governo Democrático de Dante de Oliveira (PMDB); a segunda compreende o período de 1989 a 1992 e teve como representante Frederico Campos, da coligação PFL/PL, e a terceira gestão, de 1993 a 1996, tem à sua frente Dante/Cel. Meirelles. Recorremos a depoimentos de representantes das organizações de bairro – dirigentes e ex-dirigentes de associações de moradores, obtidos através de entrevistas; e a fragmentos de discursos dos representantes do poder público e de depoimentos de dirigentes de associações de moradores, extraídos da imprensa escrita. As considerações finais indicam que tanto o governo Dante de Oliveira como o governo Dante/Cel. Meirelles foram estimuladores de processos participativos. Ambos incentivaram a organização dos setores populares e sua participação no governo local, além de enfatizar a importância da participação política da sociedade civil para a conquista da democracia e a cidadania. O reconhecimento das organizações de bairro, pela gestão Dante de Oliveira, no entanto, não significou a extinção dos mecanismos tradicionais de cooptação, tão comuns nos regimes populistas. Já o governo de Frederico Campos caracterizou-se pela indiferença às pressões e manifestações efetuadas pelas organizações de bairro, e pelo não reconhecimento de seus dirigentes como legítimos representantes das reivindicações dos setores populares.

* Este trabalho integra o segundo capítulo de nossa dissertação de mestrado intitulada “Governos Locais, Participação e Reivindicações Populares por Educação Escolar em Cuiabá”.

** Professora do Departamento de Serviço Social – ICHS/UFMT, doutoranda em Sociologia Política pela UFSC e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Estado e Sociedade – NUEPES.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between the local governments and the community councils in the city of Cuiabá. The period under analysis ranges from 1986 to 1996 and it comprises three different administrations of the city. The first one, between 1986 and 1988, refers to the so-called Democratic Government of Dante de Oliveira (PMDB); In the second period from 1989 to 1992, Frederico Campos was the mayor, who belonged to the PFL/PL coalition, and the third administration from 1993 to 1996 was headed by Dante/ Colonel Meirelles. We have drawn on declarations of representatives, heads and formers heads of community councils, taken from interviews, and on fragments of speeches of city officials and declarations of the heads of the councils about the issues quoted from the press. The final analysis suggests that both Dante de Oliveira's administration and Dante/Colonel Meirelles's stimulated the popular participation. Both administrations encouraged the organization of popular sectors of society as well as their participation in the local government, besides emphasizing the importance of the political participation of the civil society for achieving democracy and civil rights. However, the recognition of these community councils by Dante's administration didn't lead to the demise of the tradicional political system of co-optation so frequent in the populist regimes. On the other hand, Frederico Campos's administration was indifferent to pressures and manifestations organized by the councils and his period in office was marked by his not recognizing their leaders as legitimate representatives of the claims of the popular sectors.

Perspectiva Conceitual: a contribuição de Celso Daniel

Neste trabalho, no qual se estuda a relação entre governo local e as Associações de Bairro em Cuiabá, o “local” refere-se à esfera municipal, ao município; e, “governo”, aos prefeitos e seus auxiliares ocupantes de cargos de confiança. Este enfoque referencia-se nas reflexões de Daniel (1988) sobre o poder local no Brasil urbano. De acordo com este autor,

([...]) o lugar de exercício no poder não se resume ao Estado – prefeitura e câmaras municipais, no nível local –, mas está disse-

minado em múltiplas instituições sociais [...] sendo necessário, portanto, considerar [...] as diferentes modalidades do poder local e sua relação com o poder político propriamente dito [...]. (DANIEL, 1988, p. 26).

Nesta perspectiva, o autor faz uma distinção entre o poder político local e o poder local enquanto tal. O poder local é entendido como de dimensão mais ampla do que o poder político local, ao envolver o poder econômico e o poder social. Este último é constituído pelas elites locais e pelos movimentos sociais, sendo que ambos – poder econômico e poder social –, influenciam a forma de atuação do poder político local.

O poder político local [...] exerce suas atribuições tendo em conta as relações estabelecidas com a sociedade e, em especial, com outras modalidades de poder disseminadas na sociedade – em particular no nível material o poder econômico e no nível simbólico, o poder social oriundo das elites e dos movimentos sociais. (DANIEL, 1988, p. 28-29).

O poder econômico é constituído [...] *por aqueles setores capitalistas que contratam junto ao governo local, obras e serviços, ou que dependem diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal [...]. (DANIEL, 1988, p. 28-29).* Já o poder social local, ao contrário do poder econômico, de dimensão basicamente material, alcança sua eficácia no plano simbólico, ainda que sempre acompanhado de um substrato material. São porta-vozes dessa modalidade de poder as elites locais¹ e os movimentos sociais. O poder político local,

[...] fruto da conjugação dos poderes executivos, legislativo e judi-

1 Por elites locais Daniel (1988, p. 31) concebe os [...] agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento; razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e seu futuro [...].

ciário – é exercido, respectivamente, nas instituições do governo, da Câmara e do aparelho administrativo municipais [...] caracteriza-se como uma esfera do Estado capitalista, com sua autonomia relativa. O Estado capitalista, por sua vez, [...] desempenha suas funções de acumulação de dominação através de diversos aparelhos e também por meio de distintas esferas: federal (União), regional (Estado) e local (Municípios). (DANIEL, 1988, p. 26).

Ao discutir as atribuições das esferas federal e municipal, Daniel afirma que [...] a ação do poder político local se concentra muito mais nas condições para a reprodução da força de trabalho [...] enquanto o poder político central tem-se encarregado muito mais das tarefas referentes à reprodução do capital. (DANIEL, 1988, p. 26-27).

O governo municipal, ou o governo local composto pelo prefeito e seus auxiliares, é o espaço onde se concentra a maior parcela do poder político local, e o responsável último pelos atos executivos da política local. Nesse sentido, afirma [...] *recordando, ainda, do processo de fortalecimento do executivo no país, em detrimento do legislativo, não poder restar dúvidas a respeito do papel central do governo local. (DANIEL, 1988, p. 33).*

É nesta perspectiva conceitual que se propõe o estudo das intrincadas relações estabelecidas entre o movimento das associações de bairro em Cuiabá, e os Governos locais do período de 1986 a 1996.

Governo Dante de Oliveira no contexto da democracia político-social de 1986 a 1988²

Os anos 80 configuram um cenário ímpar na história do País, com a sociedade civil e os diversos atores que a integram manifestando-se de maneira “inédita” e incontestável contra o

2 O período menor de mandato encontra explicação no ato de a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, determinar, ainda naquele ano, a realização de eleições para prefeito das capitais brasileiras e dos municípios, caracterizados como de interesse de segurança nacional, para um mandato também de três anos, de forma a coincidir com as eleições gerais de 1988.

regime autoritário e a sua política concentradora e excludente.

A luta pela reabertura política, o movimento pelas Diretas-Já, a participação popular nas eleições municipais de 1985 e estaduais, em 1986, com a vitória esmagadora dos candidatos da oposição e, em seguida, a mobilização popular durante o processo estatuinte, são exemplos da vitalidade da sociedade civil brasileira nesse momento.

O avanço político, isto é, da participação política da sociedade civil e do processo de democratização das instituições políticas, no entanto, não se fez acompanhar nas esferas econômica e social. Economicamente, a década de 80, denominada pelos analistas políticos como a década perdida, configurou-se pela estagnação econômica (o País não cresceu industrialmente nem aumentou seu número de empregos) e pela aceleração das taxas de inflação. O agravamento da questão social, por sua vez, pôde ser medida pela degradação crescente das condições de vida da maioria da população que se refletiu no aumento dos índices de analfabetismo, do déficit habitacional, da mortalidade infantil, na restrição cada vez maior dos serviços e políticas públicas e pela disparidade na distribuição de renda, enfim, pelo aumento da desigualdade social.

É, portanto, nesse contexto, marcado, sobretudo, pelo otimismo em relação ao potencial da participação política, que Dante de Oliveira se elege prefeito municipal de Cuiabá em 1985, pelo PMDB³. Sua ascensão ao governo local foi o resultado de uma ampla aliança com os partidos de esquerda e com as organizações da sociedade civil. Nesse processo há que se destacar a participação do movimento popular urbano (em especial das organizações populares de bairro) que apoiou maciçamente sua campanha à Prefeitura⁴.

Esse apoio dos diferentes setores da sociedade civil orga-

3 Nessas eleições, em um colégio eleitoral de 108.368 votantes e um índice de abstenção de 22,7%, Dante de Oliveira obtém 50.732 votos contra 28.167, para o segundo colocado, Gabriel Novis Neves, candidato da União Popular, coligação formada pelo PDS e PDT.

4 A adesão das organizações de bairro à candidatura de Dante de Oliveira, dentre outros aspectos, deveu-se à sua participação no movimento relacionado às ocupações urbanas que vinham ocorrendo em Cuiabá desde a década anterior.

nizada à sua candidatura, fundamental para derrotar o candidato da Coligação PDS/PDT, Gabriel Novis Neves, expressou o avanço dos movimentos populares no contexto da democratização do país. É o próprio Dante quem enfatiza o apoio e a participação da população residente nos bairros, através das associações de moradores, à sua campanha e na elaboração de seu plano de governo, como veremos adiante.

A vitória do candidato do PMDB, em Cuiabá, não é um fato isolado. Originário do MDB, isto é, do Movimento Democrático Brasileiro, durante o regime ditatorial, nessas eleições o PMDB saiu vitorioso na maioria dos municípios, podendo-se afirmar que esta projeção resulta da sua liderança na luta pelo Estado democrático. Esta tendência que se fez acompanhar nas eleições estaduais, no ano seguinte, quando o PMDB elegeu os governadores de quase todos os Estados brasileiros, além de conquistar a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado⁵. Cumpre destacar que, enquanto partido de oposição, o PMDB já vinha galgando posição nas prefeituras municipais desde as eleições de 1974, quando, então, se apresentava sob a sigla MDB. As experiências mais conhecidas, pelas práticas participativas de cunho popular que desencadearam, foram as administrações de Lajes (SC), Boa Esperança (ES) e Diadema (SP).

A vitória dos candidatos do PMDB, uma década depois, expressa o desejo de mudanças políticas e sociais na sociedade brasileira. Entretanto, se o processo Estatuinte instaurado no governo peemedebista apontava para a perspectiva de mudanças institucionais e sociais no país, o mesmo resultou parcial, débil, na medida em que a reforma econômica, a mais esperada, não se concretizou. A política econômica implementada pelo governo de José Sarney caracterizou-se pela adoção de medidas que, exceto quanto a alguns efeitos paliativos de curtíssimo prazo, pouco diferiu dos governos anteriores.

5 Nas eleições estaduais de 1986, o PMDB conquistou 261 de um total de 487 cadeiras da Câmara (53% dos lugares), e 38 das 49 cadeiras em disputa pelo Senado.

O resultado de tal política se fez sentir mais adiante nas eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República, com a vitória dos candidatos dos setores conservadores que, no dizer de Gohn (1991, p. 16), [...] *se moderniza, se reestrutura, retomando o poder central em novo estilo, não mais sem uma diretriz hegemônica, mas como um bloco articulado e, aparentemente, coeso*. Em Cuiabá, essa realidade se expressa na vitória do representante dos setores conservadores, Frederico Campos, nas eleições municipais de 1988.

Um dos principais problemas enfrentados por Dante de Oliveira durante o seu mandato foram as críticas da oposição à sua decisão de se afastar da prefeitura municipal para assumir o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária – (MIRAD), no governo de José Sarney, após seis meses de governo, apenas. Com seu afastamento, seus adversários políticos não perderam a oportunidade⁶ de tentar desmoralizá-lo perante a opinião pública, acusando-o de oportunista e irresponsável por abandonar a prefeitura logo no início do mandato.

Embora não tivesse encontrado muita resistência do legislativo municipal, que aprovou quase por unanimidade sua saída para o MIRAD⁷, o retorno de Dante de Oliveira à prefeitura de Cuiabá provocou uma certa polêmica com um vereador da opo-

6 Em relação à composição do legislativo municipal durante o governo de Dante de Oliveira é interessante destacar que, em 1985, por conta da Lei de segurança nacional não foram realizadas eleições para vereadores. Estes tiveram seus mandatos prorrogados por mais dois anos, de forma a coincidir com as eleições municipais de 1988. Assim, no início do governo Dante de Oliveira a maioria dos vereadores pertencia aos partidos de oposição, situação que foi se alterando no decorrer de seu mandato.

7 Dos dezenove componentes do legislativo municipal durante o mandato de Dante de Oliveira, apenas um vereador ligado ao PDS, partido da oposição, mostrou-se desfavorável à aprovação do pedido de licença de Dante de Oliveira, pela Câmara.

8 A respeito do afastamento de Dante de Oliveira, é interessante destacar que, em 1986, logo após a aprovação de seu pedido de licença, um vereador filiado ao PDS impetrou mandato de segurança contra o ato omissivo da presidente da Câmara por não ter cassado o mandato de Dante de Oliveira quando este deixou o executivo municipal para assumir o MIRAD, uma vez que, pela Constituição Federal, artigo 146 e pela Lei Orgânica dos Municípios, nº 3.770/75, artigo 38, Dante de Oliveira só poderia licenciar-se do executivo municipal para tratamento de saúde ou para cuidar de assuntos da prefeitura.

sição, PDT, impetrando mandato de segurança contra sua posse⁸. Porém, o parecer da justiça foi favorável ao retorno de Dante de Oliveira à prefeitura e em junho de 1987 ele reassume o cargo. (Cf. DC. 03.06.87).

Dentre os vereadores do PMDB, partido de Dante de Oliveira, não por acaso, apenas o presidente da Câmara Municipal, e natural sucessor do prefeito, caso este viesse a se licenciar do cargo, manifestou-se contrariamente ao retorno de Dante de Oliveira à prefeitura municipal. Todavia, por ser o presidente da Câmara, não pôde expressar seu voto, só podendo fazê-lo em caso de empate, o que não ocorreu.

Alguns vereadores da oposição, ao contrário, viam o retorno de Dante de Oliveira como uma ótima oportunidade para fazer-lhe oposição. Segundo eles, era difícil criticar o Cel. Torquato, que além de um bom trabalho na direção do executivo municipal tinha um bom relacionamento com os representantes do poder legislativo municipal.

A política econômica adotada pelo governo federal, e, de outro, o discurso de “prioridade” ao social certamente influenciaram nas condições de governabilidade de Dante de Oliveira, na medida em que o Estado brasileiro, cada vez mais, vinha apresentando sinais de crise em sua capacidade arrecadadora, reduzindo, portanto, a capacidade investidora. Isso, contudo, não impediu Dante de Oliveira de realizar uma série de obras.

Governo Frederico Campos de 1989 a 1992 – vitória e administração dos conservadores no contexto de crise do capital

Frederico Campos concorreu às eleições municipais de 1998 pela Coligação PFL/PL, tendo como principais adversários de chapa o candidato da Coligação Movimento Democrático Cuibano – MDC⁹, Roberto França, e o candidato do PMDB, Cel.

9 Composta pelos seguintes partidos: PTB, PDT e PDC.

Meirelles. A abertura das urnas dá vitória a Frederico Campos, com 44.747 votos, enquanto o segundo colocado, Roberto França, obtém 34.309. O Cel. Meirelles, apesar do apoio do prefeito Dante de Oliveira à sua candidatura, fica em terceiro lugar, com 30.882 votos. Serys Slhessarenko, da Força Popular¹⁰, foi a quarta colocada nestas eleições, com 5.984 votos.

A seu favor, nestas eleições, Frederico Campos contava com o fato de ter sido nomeado prefeito de Cuiabá em 1967, e governador do Estado de Mato Grosso em 1979, num período em que a crise do Estado brasileiro ainda não se manifestava de forma tão intensa, e Cuiabá, por ser a capital do Estado e situar-se numa região estratégica à implementação da chamada política de ocupação da fronteira, recebera grandes investimentos do governo federal para viabilizar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capital na região.

Além dos fatores apontados acima, a vitória de Frederico Campos como prefeito eleito pelo voto direto em 1988, deveu-se, também, à falta de habilidade dos partidos de esquerda local em se articularem em torno de uma aliança com poder suficiente para derrotá-lo e, por outro, à incapacidade do PMDB em responder, em nível nacional e estadual, às demandas históricas da população brasileira pela melhoria das suas condições de vida. Dentre outras dificuldades (no caso do governo estadual), não conseguiu sequer viabilizar recursos para pagar, em dia, o salário do funcionalismo público.

Ao utilizar o pagamento do funcionalismo público como a principal bandeira de sua campanha eleitoral à Prefeitura Municipal de Cuiabá, em 1988, Frederico Campos consegue canalizar o descontentamento do eleitorado da capital, em sua maioria constituído por servidores públicos.

Contudo, a expectativa de que Frederico Campos repetisse nesse governo a mesma atuação de seus governos anteriores – esferas municipal e estadual –, não se confirmou. Até por que a

10 Pertenciam a Força Popular o PV, PT, PC do B e PSB.

conjuntura do país se modificara. Do ponto de vista econômico, vivia-se uma conjuntura de agudização da crise econômica, em que o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos do regime ditatorial (que já vinha apresentando sinais de esgotamento desde o final dos anos 70) entra em colapso, observando-se, a partir de então, a redução cada vez maior dos investimentos destinados às áreas sociais e de infra-estrutura pelo governo federal, o que o impediu de realizar, desta vez, os investimentos equivalentes aos que efetuou nos governos anteriores.

Do ponto de vista político-ideológico, após um período de grande efervescência da sociedade civil – verificado a partir de meados da década de 70 até o final dos anos 80, com a promulgação da nova Carta Constitucional, os anos 90 configuram-se por um cenário de crise, de mudança de paradigmas com a derrocada do chamado socialismo real e a ascensão dos ideais conservadores – via ideologia neoliberal, crise fiscal e financeira do Estado, presencia-se a ascensão de governos conservadores às esferas estadual e federal e, em consequência, a perda do poder de pressão e da visibilidade política pelos movimentos populares, que diante da recusa de tais governos em reconhecê-los, buscam outros canais para expressar suas demandas.

É, portanto, nesse cenário de ascensão de idéias conservadoras, de crise fiscal do Estado, de mudanças constitucionais nas regras orçamentárias, e de descenso dos movimentos reivindicatórios urbanos que se dá a gestão Frederico Campos.

Eleito através de uma coligação formada por partidos conservadores (PFL/PL), Frederico Campos tenta imprimir nessa gestão a mesma sistemática adotada em suas gestões anteriores. Politicamente, no entanto, tal atitude se mostra desastrosa, pois os poucos anos de exercício democrático de governo com participação da sociedade civil, na gestão anterior, ainda que fortemente marcada por relações populistas e clientelistas, contribuíram para que a sociedade civil local não aceitasse passivamente a sua exclusão na definição das políticas governamentais.

Assim, ao assumir o seu segundo mandato à frente do executivo municipal, o primeiro eleito pelo voto direto, Frederico

Campos encontrou uma prefeitura econômica e financeiramente muito diferente do mandato anterior. Em 1991, a situação da prefeitura era tão crítica que Frederico Campos ocupou, por diversas vezes, os meios de comunicação para reclamar das dificuldades financeiras da prefeitura, cujo déficit na arrecadação chegou a 60% da redução, pelo governo federal, dos recursos destinados à área social, principalmente dos recursos provenientes da Caixa Econômica e do Ministério da Ação Social, bem como da falta de repasse de recursos ao município de Cuiabá pelo governo estadual. Estratégia que parece não ter sido muito eficaz, já que à medida que foi transcorrendo o seu governo, aumentaram-se as insatisfações da população com as condições de vida na cidade, sobretudo da população residente nas periferias urbanas que passou a criticá-lo por priorizar o atendimento ao centro da cidade em detrimento aos bairros mais pobres. O seu governo adotou uma série de medidas que intensificou o descontentamento popular como a redução, em 20%, dos serviços de saneamento, a privatização dos serviços de limpeza pública que, segundo a opinião pública, era de propriedade de seu filho, a privatização da gestão de seis (06) escolas públicas municipais, aumento da alíquota do IPTU, etc...

O fato de contar com a maioria na Câmara Municipal¹¹ permitiu que ao final de seu mandato, mesmo sob acusação de corrupção, enriquecimento e abuso de poder, Frederico Campos obtivesse autorização da Câmara para contrair empréstimos na ordem de 25 milhões de dólares junto a órgãos internacionais de financiamento.

A afirmação de um dos entrevistados, transcrita abaixo, aliada aos resultados de uma pesquisa realizada em agosto de 1992, pelo Instituto Gazeta Dados¹², dando conta de que 74%

11 Sobre a composição da Câmara de Vereadores durante o governo de Frederico Campos, é interessante observar que dos 21 vereadores eleitos para o pleito de 1993 a 1996 apenas sete pertenciam aos partidos da coligação PFL/PL. No entanto, a mudança de partido por alguns vereadores, sobretudo do PTB, que contava com seis representantes no legislativo municipal, fez com que no decorrer de seu mandato Frederico Campos passasse a dispor de maioria na Câmara Municipal.

12 Cf. Jornal A GAZETA, 19-08-92. p. 7A

dos eleitores rejeitavam a sua administração são ilustrativos da “decepção/repúdio” popular em relação ao seu governo: [...] *o Dr. Frederico foi uma negação. Não foi aquele Prefeito esperado como o governo que ele tinha sido antes, que todo mundo via ele com bons olhos [...].* (Entrevistado B)¹³. Porém, o sinal mais evidente do repúdio da população ao seu governo foi o resultado das eleições estaduais de 1994, quando Frederico Campos obteve baixos índices de votação em sua candidatura a deputado estadual. Afinal, vivia-se em uma conjuntura democrática, em que o diálogo e a interlocução com a sociedade civil organizada eram uma realidade e Frederico Campos se negou a governar com a participação direta dos setores populares.

Governo Dante/cel. Meirelles – mais Meirelles do que Dante-período de 1993 – 1996¹⁴

Em 1992, em decorrência da derrota dos candidatos das forças progressistas nas eleições de 1988, os partidos de esquerda começam a se articular em torno da formação de uma aliança política suprapartidária que impedisse a vitória de um candidato governista, isto é, dos setores conservadores. Forma-se então a Frente Popular Cuiabana¹⁵, tendo Dante de Oliveira, agora no PDT, como candidato a prefeito, e Meirelles, do PSDB, como vice-prefeito.

A abertura das urnas dá vitória ao candidato da Frente Popular Cuiabana, Dante de Oliveira, eleito no primeiro turno com

13 Ex-presidente de Associação de Moradores, presidente de grupo de idosos e membro da diretoria do Conselho de Idosos do Estado de Mato Grosso.

14 Embora Dante de Oliveira não tenha exercido, integralmente, nenhum dos dois mandatos que conquistou como prefeito, optamos por mencionar o candidato a vice-prefeito pela sua chapa, apenas no segundo mandato. Tal opção deve-se ao fato de que, enquanto no primeiro mandato (de três anos apenas) Dante de Oliveira afastou-se por um ano, para assumir o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), tendo reassumido o cargo imediatamente após deixar o Ministério; no segundo mandato, Dante de Oliveira renunciou ao cargo de prefeito apenas um ano após assumir a prefeitura, para concorrer à governadoria do Estado, nas eleições estaduais de 1994, permitindo ao vice-prefeito Cel. Meirelles, do PSDB, dirigir o executivo municipal por três anos, inclusive concluindo o mandato.

15 Composta por sete partidos – PDT, PSDB, PMDB, PV, PSB, PPS e PC do B.

96.492 dos votos válidos, (62,21%), sobre o segundo colocado, Murilo Domingos, da coligação União por Cuiabá, que obtém 31.033 dos votos válidos, (21,94%). Além de ter sido eleito já no primeiro turno, Dante de Oliveira foi, proporcionalmente, o candidato que mais votos recebeu entre todos os prefeitos eleitos para as capitais de Estado. Porém, não exerce seu mandato até o fim, pois, às eleições municipais de 1992 seguir-se-iam, em 1994, as eleições para Presidente e Senadores da República, Governadores de Estado, Deputados Federais e Estaduais, e Dante de Oliveira é apontado como um dos poucos candidatos com possibilidade de derrotar a frente articulada pelos partidos que estavam no poder, partidos estes que representavam a continuidade da política conservadora e elitista hegemônica no Estado há anos.

Seus adversários políticos exploram o fato de Dante de Oliveira ser o virtual candidato a governador do Estado nas eleições de 1994, apresentando-o como o governante que nunca concluía um mandato, já que, para se candidatar ao governo do Estado, Dante de Oliveira teria que renunciar ao cargo de prefeito apenas um ano após o início de seu mandato¹⁶.

A trajetória de Meirelles, seu companheiro de chapa, ha-

16 Para se ter uma idéia da trajetória política de Dante de Oliveira e de suas constantes mudanças de partido, basta observar que este iniciou sua carreira política em 1976 quando candidatou-se, sem se eleger, a vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1978 elegeu-se deputado estadual e, em 1982, deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB, cargo em que se tornou nacionalmente conhecido ao propor, em 1984, a emenda pelas Diretas-já. Em 1985 é eleito prefeito municipal de Cuiabá pelo PMDB. Em maio de 1986, com menos de seis meses de mandato, deixou o cargo de prefeito para assumir o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD, no governo do presidente José Sarney. Em seu lugar assume o vice-prefeito Cel. Estevão Torquato, um militar com larga experiência em atividades civis. Em maio de 1987 demite-se do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e reassume a prefeitura municipal, onde fica até o final do mandato. Nas eleições estaduais de 1990 foi o candidato a deputado mais votado no Estado com mais de 49 mil votos, porém, por não atingir quociente eleitoral exigido pela coligação pela qual concorrera, não é empossado. Em 1992 concorre e é novamente eleito prefeito municipal de Cuiabá pela Frente Popular Cuiabana, porém, mais uma vez Dante de Oliveira não exerce o mandato até o fim, visto que em 1994 concorre ao governo do Estado pela Frente Cidadania e Desenvolvimento saindo vitorioso com 72,49% dos votos. Em julho de 1997, filia-se ao PSDB, partido do governo federal. É candidato ao governo do Estado de Mato Grosso, pelo mesmo partido.

via sido construída com base no trabalho social que desenvolvera junto aos bairros populares como superintendente da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), cuja administração se caracterizou pelo incentivo à autogestão e respeito à autonomia do movimento¹⁷.

Em abril de 1994, com a renúncia de Dante de Oliveira, Meirelles, que além de vice-prefeito acumulava o cargo de secretário municipal de Bem-Estar, assume a prefeitura municipal.

A prioridade de Meirelles à frente do executivo municipal é a reorganização da comunidade através da descentralização político-administrativa a ser implementada via programa “Comunidade Solidária de Autogestão”¹⁸. De acordo com o referido programa caberia às associações de moradores [...] *participar efetivamente do processo do próprio desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, inicialmente em parceria com o governo, até que progressivamente a comunidade vá adquirindo a condição de autogerir-se, justapondo-se ao modelo organizacional da Prefeitura Municipal de Cuiabá.* (MEIRELLES, 1995, p. 3). Em outras palavras, caberia às associações de moradores efetuar a cobrança de impostos, serviço de limpeza urbana, obras e serviços urbanos diversos, controle social de saúde, controle de endemias, etc. Para tal, o Poder Executivo se encarregaria de criar as condições necessárias ao planejamento, execução e controle dos serviços públicos prestados pelo governo.

17 Ainda com relação à trajetória política de Meirelles, cumpre destacar que durante a década de 70 ele exerceu o cargo de comandante do 9º BEC (órgão responsável pela construção da BR-163 – Cuiabá/Santarém, e pela implantação dos municípios de Alta Floresta, Matupá e Juruena. Em seguida, foi diretor da Cooperativa de Cana – Coopercana no assentamento de Terra Nova, situado no leste do Estado, e presidente da Organização das Cooperativas de Mato Grosso – Ocemat, onde desenvolveu suas primeiras experiências associativistas/cooperativistas. Integrou o PMDB por mais de 20 anos e, no início dos anos 90, filiou-se ao PSDB. Conforme já mencionamos, em 1988 foi o candidato do PMDB à Prefeitura Municipal de Cuiabá. Cf. Jornal A GAZETA, 11-11-96 p. 4A.

18 Por Comunidade Solidária de Autogestão Meirelles define [...] *uma comunidade que, pela sua organização, pelos recursos que serão postos à sua disposição pelo poder público municipal e pelos espaços políticos que serão condicionados às suas lideranças, ficará em condições de conduzir, de forma descentralizada e autônoma, a quase totalidade das ações desenvolvidas pelo governo municipal, particularmente aquelas que dizem respeito mais diretamente ao bem-estar de sua população.* In: Comunidade Solidária de Autogestão – estudo preliminar. 1995. p. 2.

Cumprir destacar que, dentre as três gestões objetos deste estudo, a gestão Dante/Meirelles é a que ocorre num cenário de maior complexidade, de clara adesão ao projeto neoliberal no plano macro, com o governo federal promovendo os “ajustes” impostos pelas agências internacionais de financiamento – como a política de privatização e extinção de empresas estatais, o enxugamento da máquina administrativa, com a demissão de servidores públicos, a redução dos recursos destinados à área social (educação, saúde, etc) e a intensificação/aceleração da abertura ao capital estrangeiro. A consequência de tal política tem sido o desmantelamento do setor público, a exclusão das políticas sociais da agenda pública, a desativação de programas sociais, e a manutenção dos altos índices de pobreza e desigualdade social.

A existência de altos índices de pobreza e a crise do Estado brasileiro, no entanto, não podem ser entendidos apenas como um mero reflexo da adoção de políticas neoliberais e da ascensão/hegemonia das idéias conservadoras. Conjugado a estes aspectos encontra-se o desenvolvimento das forças produtivas e o avanço tecnológico e científico que tem como resultante a redução do mercado de trabalho – tanto pela inclusão de mecanismos que reduzem o emprego como pela exclusão dos que não se encontram capacitados para as novas condições de trabalho, e que, nos países em desenvolvimento como o Brasil, assume proporções ainda maiores dada às deficiências do sistema educacional e os altos índices de analfabetismo.

Por outro lado, a política de retração econômico-financeira adotada pelo governo federal e a implantação do Plano Real em julho de 1994 agravaram ainda mais as condições financeiras dos governos municipais e estaduais, que desde os anos 80 vinham apresentando sinais de esgotamento. Nesse sentido, basta observar o fato de que para boa parte dos governos estaduais e municipais a redução das taxas de inflação teve um efeito arrasador sobre suas finanças, na medida em que eliminou uma de suas principais fontes de renda – a inflação, além de aumentar assustadoramente a dívida pública deles.

Para o governo do Cel. Meirelles, em particular, as conseqüências de tal política e da redução das taxas de inflação foram o aumento da dívida da prefeitura¹⁹, atraso no pagamento do salário dos servidores²⁰, a suspensão do pagamento aos fornecedores, greves no funcionalismo público, conflito entre o legislativo e executivo municipais, provocado pelo atraso no repasse do duodécimo à Câmara Municipal, e ameaças de renúncia por parte do prefeito. (Cf. Jornal A GAZETA 11-11-1996, p. 4A).

Além disso, como em 1994 e 1995 não conseguiu mobilizar recursos junto ao governo federal, durante seus dois primeiros anos de mandato Meirelles governou apenas com os recursos provenientes da arrecadação tributária – o que não era muito, considerando que o índice de inadimplência em seu governo chegou a 70,75%. (Cf. Jornal A GAZETA 11-11-1996, p. 4A).

Acrescente-se a estes aspectos o fato do Cel. Meirelles assumir o poder após um ano de mandato do titular tendo que cumprir os compromissos (diga-se, dívidas) firmados por Dante de Oliveira que, durante o período em que esteve à frente do executivo municipal certamente não ignorou, em suas realizações político-administrativas, o fato de ser o virtual candidato a governador do Estado nas eleições de 1994.

O principal problema enfrentado pelo Cel. Meirelles na direção do governo municipal, entretanto, não foi a crise fiscal e financeira da prefeitura, mas a falta de uma articulação política que lhe desse a sustentação necessária para a implementação do seu projeto político-administrativo. A rigor, as condições econômico-financeiras encontradas pelo Cel. Meirelles ao assumir a Prefeitura Municipal de Cuiabá não eram muito diferentes das condições encontradas pelos demais dirigentes políticos no mesmo período, e mesmo de períodos ime-

19 Segundo Meirelles, com a indexação da folha de pagamento à URV os salários passaram a ser corrigidos diariamente. Assim, em julho, com a implantação do Plano Real, a folha de pagamento que era uma em abril, passou a ser duas e meia em julho, piorando ainda mais a situação do seu governo. Cf. Jornal A GAZETA, 11-11-1996. p. 4A.

20 Meirelles terminou seu mandato com quatro folhas salariais atrasadas.

diatamente anteriores – todos enfrentaram queda na arrecadação tributos, dificuldades em obter recursos junto ao governo federal, e empréstimos junto a instituições financeiras.

Tendo sido eleito para o cargo de vice-prefeito, ao assumir como titular, o Cel. Meirelles, relegado à própria sorte por Dante de Oliveira, em função de sua eleição para o governo do Estado, se viu à mercê dos diversos partidos que compunham a Frente de Oposição pela qual se elegera e, sem autonomia e poder político suficientes para nomear seus principais assessores, é “obrigado” a nomear pessoas nem sempre muito identificadas com suas idéias políticas. Situação tanto mais grave se considerarmos que, com a renúncia de Dante de Oliveira, muitos dos assessores e quadros técnicos mais capacitados deixaram o executivo municipal para assumir cargos no governo do Estado.

Por outro lado, com o projeto político-administrativo proposto, cuja essência consistia, em última instância, no deslocamento do poder das instituições tradicionalmente reconhecidas para os setores populares, o Cel. Meirelles cria, desde o início de seu governo, um impasse entre o executivo e o legislativo municipais, com a bancada de sustentação ao prefeito, inclusive o presidente da Câmara, também do PSDB, boicotando as ações/iniciativas do executivo, deixando de aprovar os projetos encaminhados pelo prefeito. Esse impasse, que inicialmente ocorre de forma velada, atinge o ápice em 1996, quando o Ministério Público concede liminar favorável ao bloqueio das contas da prefeitura efetuado pela Câmara Municipal.

O atraso no repasse da cota mensal à Câmara foi a justificativa utilizada pelos vereadores para entrar com liminar contra o prefeito. Entretanto, a realização das eleições municipais e a quebra no esquema das empreiteiras parecem ter sido os reais motivos da oposição do legislativo municipal ao governo do Cel. Meirelles. Vale lembrar que a estruturação de cooperativas de serviços nos diversos bairros, geridas pelos próprios moradores via conselhos populares, acabaria por reduzir a influência dos vereadores junto aos bairros e a perda

de suas tradicionais bases de sustentação, os dirigentes das organizações de bairro.

Para agravar ainda mais a caótica situação do governo municipal, em 1996, devido a problemas de saúde, o prefeito licencia-se do cargo, sendo substituído pelo presidente da Câmara Municipal, ex-líder do seu governo, ex-presidente de associação de moradores de bairro e, paradoxalmente, um dos maiores críticos ao governo do Cel. Meirelles.

Porém, a despeito da falta de recursos e da crise político-administrativa enfrentada pela prefeitura, o Cel. Meirelles adotou uma postura ético-política diferenciada da de boa parte dos dirigentes políticos dos demais municípios, no mesmo período. Enquanto boa parte dos governos, quer municipais quer estaduais, optou, como estratégia de enfrentamento da crise, pelo enxugamento da máquina através da demissão dos servidores públicos, da repressão a movimentos grevistas, da extinção de instituições e programas sociais, o Cel. Meirelles optou por não demitir funcionários, pela reposição de 30% no salário dos servidores públicos municipais, além de priorizar o trabalho social. (Cf. A GAZETA 11-11-1996, p. 4A).

Divergências à parte, a verdade é que o governo do Cel. Meirelles, a despeito das boas intenções, da crença no potencial político da comunidade e do papel a ser desempenhado pelo poder público no processo de organização e conscientização dela, não atende às expectativas da população quanto às suas realizações. O próprio Meirelles, em entrevista ao Jornal A Gazeta, faz uma autocrítica reconhecendo os limites de sua administração no tocante à realização de obras e à abrangência dos programas sociais desenvolvidos em sua gestão.

Dentre as várias tentativas de reverter/amenizar a crise econômico-financeira da prefeitura durante sua gestão, Meirelles apresentou dois projetos visando a envolver a comunidade e os servidores no processo de arrecadação de impostos em regime de parceria, os projetos “Parceria e Solidariedade – Servidor” e “Parceria e Solidariedade – Comunidade”. Contudo, ao término de seu mandato nem sequer conseguiu manter os serviços básicos – como limpeza pública e saneamento urbano.

**A participação das associações de bairro no
Governo Dante de Oliveira e a relação estabelecida
entre o governo e os movimentos populares:
a ótica dos dirigentes das organizações de bairro**

Em Cuiabá, a discussão sobre a participação popular no governo local se intensifica a partir de 1985 com a vitória do candidato do PMDB à prefeitura municipal, que sinaliza com a possibilidade de “aproximação” entre o governo municipal e as organizações populares, estimulando a participação das associações de moradores e clubes de mães existentes, no âmbito do governo local. Nessa mesma perspectiva cria novas organizações como os diversos conselhos populares, além de propor a implantação da chamada gestão democrática nas escolas.²¹

Tal política, no entanto, parece não ter sido levada a efeito pelo prefeito seguinte, Frederico Campos, que institui uma gestão contrária à mobilização popular autônoma e, especificamente no que se refere à educação, ignora a política de implementação da gestão democrática nas escolas desativando os conselhos escolares, suspendendo a eleição para diretores de escola, retomando práticas tradicionais de nomeação de representantes da administração escolar por critérios político-partidários e ou clientelísticos/eleitoreiros, e de gerenciamento privado das escolas públicas construídas em sua gestão, obrigando a população a buscar outros canais para expressar suas demandas.

O incentivo à organização e participação popular no governo municipal, bem como a proposta de gestão democrática nas escolas públicas, são retomados no governo subsequente, Dante e Cel Meirelles, porém, a sociedade civil local parece já não ter, se forem consideradas suas manifestações na arena política, a mesma vitalidade verificada no período de 1986 a 1988 quando do primeiro mandato de Dante de Oliveira, momento em que ainda ocorriam, tanto

21 A gestão democrática nas escolas, proposta por Dante de Oliveira, consistiu na eleição de diretores de escola, de Delegados de ensino e dos conselhos deliberativos pela comunidade escolar – funcionários, alunos e pais de alunos.

em nível local quanto em nível nacional, as grandes manifestações sociais – passeatas e atos públicos em praças públicas.

Depoimentos coletados através das diversas entrevistas²² e das informações contidas nos meios de comunicação do período (jornais, revistas, etc.) permitem-nos afirmar que, no governo Dante de Oliveira, houve uma abertura às organizações populares de bairro, que se expressou através do estabelecimento de canais de comunicação direta entre o representante do poder executivo municipal e os dirigentes de associações de moradores e clubes de mães. Além disso, é opinião corrente entre aqueles ligados aos movimentos populares, que em sua gestão, Dante de Oliveira recebia os líderes de bairro individualmente (por associação), ou em grupos, sem a intermediação de vereadores ligados a seu partido, conforme na gestão seguinte, criando para tal um espaço no Palácio Alencastro (sede da Prefeitura Municipal) reunindo-se mensalmente com as organizações de bairro.

Esta abertura, porém, não significou ausência de interferências político-administrativas ou de tentativas de cooptação e manipulação de lideranças e organizações de bairro por parte de funcionários da prefeitura no processo organizativo das comunidades.

Tais interferências ocorreram no sentido de boicotar tanto as associações cujos dirigentes pertenciam ou eram simpatizantes de partidos de oposição (à direita e à esquerda) ao prefeito, quanto àquelas associações cujos dirigentes, mesmo tendo apoiado a candidatura Dante de Oliveira, teciam críticas à sua gestão e ao direcionamento dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Promoção Social junto aos bairros.

Nas associações onde os dirigentes pertenciam a partidos de oposição, a interferência ocorre através da criação, ou tentativa de criação, de associações paralelas às existentes

22 Ao todo foram entrevistadas doze pessoas. As entrevistas, semi-estruturadas e gravadas foram realizadas em duas etapas. A primeira realizada no final de 1995 e a segunda, no início de 1998. Vali-me ainda de entrevistas realizadas por minha orientadora para o seu trabalho de doutorado.

nos bairros ou da tentativa de desvinculação dos clubes de mães das associações de moradores para formar grupos de apoio nos bairros onde a secretária de Promoção Social (Telma de Oliveira, esposa do Prefeito) enfrentava oposição à política que vinha adotando.

[...] na administração do Dante tivemos um impasse com a secretária de Promoção Social, Telma de Oliveira, primeira-dama do Estado, que, através de seus cabos eleitorais, partia para os bairros fazendo trabalho que não agradava [...] quando o Ditinho, do Pico do Amor, era a pessoa de confiança da Telma, saía nos bairros [...] tinha uma associação, ele saía criando outra paralela. Aquela coisa, onde a associação não fosse ligada politicamente ao prefeito, ele não dava muito ouvido. (Entrevistado B).

Outro exemplo de interferência do governo municipal nas organizações de bairro ocorreu durante o processo de criação e implantação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, sob coordenação da secretária de Promoção Social à época, que, segundo depoimento de um dos entrevistados, tentou atropelar o processo, não realizando discussões com as comunidades em que ele seria instalado, limitando-se à realização de reuniões, no prédio da prefeitura, com os presidentes de associações de moradores.

[...] o Dante, num determinado momento do governo, tentou trazer um tal Conselho Comunitário de Desenvolvimento. Era uma coisa nova para nós naquela época, e a forma como ele tentou instalar o Conselho foi extremamente prejudicial porque dividiram Cuiabá em grupos regionalizados de dez (10) comunidades e chamavam a comunidade lá numa reunião à noite, no 4º andar, e numa explanação de dez minutos falava: ah, vamos instalar o Conselho. Vai ter área da saúde, área da educação, área de transporte e eu gostaria que cada bairro indicasse seu representante. E já saía de lá pronto, o conselho devia ser formado [...] a gente não era contra o Conselho. Nós éramos contra a forma de encaminhamento e de como estavam criando o Conselho. (Entrevistado C).

A resposta do movimento de bairro à atitude antidemocrática da secretária de Promoção Social foi a organização de um grupo de oposição à gestão Dante de Oliveira, composto por 10 associações de moradores, intitulado “Grupo dos 10”, que conseguiu reverter o encaminhamento dado pela referida secretária em relação ao prazo para a implantação do Conselho e a presidência dele – que, de acordo com a proposta inicial deveria ser ocupada pelo prefeito e, após discussão com os dirigentes de bairro, passou a ser ocupada pelo Cel. Meirelles, à época superintendente da LBA. Esse Grupo dos 10 constituiu-se em um grupo de oposição sistemática a Dante de Oliveira até o final de seu governo.

O mesmo dirigente que forneceu essas informações, ao ser entrevistado, em 1991, por Ártemis Torres, identifica, na criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, a origem da desmobilização comunitária. O referido conselho foi, a seu ver, o mecanismo utilizado pelo prefeito para cooptar as lideranças de bairro que apresentavam alguma resistência à sua gestão, isto é, que ainda não haviam sido cooptados pelo governo peemedebista. (TORRES, 1992, p. 277-278).

A aproximação e o reconhecimento das organizações de bairro pela gestão Dante de Oliveira não significou a extinção dos mecanismos tradicionais de cooptação – emprego nos órgãos públicos, arregimentação político-partidária, financiamento das entidades, etc. – tão comuns nos regimes populistas. Não raros são os depoimentos de entrevistados mencionando exemplos de cooptação ou tentativas de cooptação pelo governo peemedebista dos dirigentes de associações de moradores.

[...] o sujeito briga pra ser presidente de associação de moradores, pra ele arrumar emprego porque pros presidentes de associação, ficou fácil arrumar um emprego. (Entrevistado D)

[...] só que a força da prefeitura, a maneira como ela trabalha as lideranças comunitárias, fornecendo empregos [...] a gente sabia que vários presidentes de associações de moradores eram funcionários da prefeitura, da Secretaria Municipal de Promoção Social. Foi

a forma que ela (Telma de Oliveira) usou para cooptar as lideranças [...] a maioria dos presidentes de bairro hoje são empregados da prefeitura ou do governo do Estado [...]. (Entrevistado C)

A filiação político-partidária de dirigentes de associações de moradores e a vinculação da entidade representativa do movimento, a Federação das Associações de Moradores de Bairro (FEMAB), ao PMDB e, como veremos posteriormente, na segunda gestão de Dante de Oliveira, ao PDT, é mencionada pelos entrevistados como mais um mecanismo de cooptação presente nesta gestão, pois, ao pertencerem ao partido do prefeito eles se vêem impossibilitados de se manifestar contrariamente às atitudes do prefeito, e até mesmo de apoiar manifestações de protesto ao governo municipal realizadas pela base, ou seja, pelas associações de moradores.

[...] na época que fizemos a passeata contra o Dante os colegas do movimento diziam: poxa, mas você é do grupo do Dante, como vai fazer uma passeata contra ele? A própria FEMAB se negou a participar junto com a gente. Por quê? Porque a diretoria da FEMAB, na época, era estreitamente ligada ao Dante, inclusive, os membros da diretoria eram funcionários da prefeitura [...]. (Entrevistado C)

[...] o PMDB pegou o poder e cooptou muito as lideranças comunitárias [...] que são susceptíveis de cooptação [...]. (Entrevistado F) ²³

[...] foi o momento do governo do PMDB né, que é um governo que cooptou a maioria das lideranças nesse tempo ligado ao PMDB, é assim que eles chegaram ao poder no município, eles conseguiram cooptar [...] outro fato foi o problema da conjuntura a nível nacional. (Entrevistado G)²⁴

23 Ex-presidente de Associação de Moradores.

24 Ex-presidente de Associação de Moradores.

Se os depoimentos dos entrevistados que criticam a gestão Dante de Oliveira, sejam de direita, sejam de esquerda, deixam evidentes as interferências de seus auxiliares – ocupantes de cargos de confiança – nas organizações populares, o mesmo já não se observa em relação aos entrevistados com perfil ideológico mais de centro, notadamente os ligados a partidos como o PMDB ou PDT, ou daqueles que não chegaram a ter uma vinculação político-partidária, mas que têm uma trajetória de luta próxima a Dante de Oliveira. Para estes, Dante foi um prefeito comprometido com as organizações de bairro, mesmo quando em suas falas dão exemplos de cooptação de representantes do movimento, ou de entidade ligadas aos movimentos.

[...] O Dante deu apoio a todos os presidentes. Se o presidente era de tal partido ou não, se apoiou ele ou não [...] Ele deu recompensa quando prefeito. Lutou pelos bairros. Ajudou os bairros. Ajudou os presidentes de associações de moradores, chegou a dar ordenado pra pessoa não mendigar. E, pra ser sincero, nunca teve um prefeito tão bom para o movimento comunitário como o Dante. Pagava água, luz, sempre ajudou. (Entrevistado A)

A participação no Governo Frederico Campos: a ótica dos dirigentes das organizações de bairro

Contrariamente ao que se verificou em relação à primeira gestão de Dante de Oliveira, em que os entrevistados se dividem entre críticas e elogios à sua administração, aqui todos os entrevistados foram unânimes em criticar a administração Frederico Campos, denunciando seu autoritarismo e indiferença em relação às organizações de bairro e sua preferência por governar para os segmentos mais abastados.

[...] Frederico campos era um Prefeito extremamente contrário ao desenvolvimento do movimento comunitário [...] o movimento, para ele, não tinha nenhum poder, nem de definição nem de participação [...]. (Entrevistado L)

Certamente, essas críticas desmentem nitidamente o estilo de administração ressaltado por Frederico Campos em plano de governo.

[...] a política de desenvolvimento comunitário terá estilo próprio, franco, liberal e coerente, baseado na promoção de uma comunidade consciente de seu caráter suprapartidário, eclético, mas unido por um ideal coletivo e pela consciência da força pela união, pelo espírito de grupo e pela cooperação recíproca na busca do bem comum. (PG, p. 4)

Segundo os dirigentes de bairro, o respeito ao suprapartidarismo não foi mais do que uma metáfora em seu Plano de Governo, já que Frederico Campos recusou-se a receber os representantes das organizações populares, exceto se estes se fizessem acompanhar de um vereador, ou cabo eleitoral de seu partido, o PFL.

[...] a gente via e revia os vereadores ajuntando grupos de presidentes de bairros. Presidentes de bairros procurando os vereadores pra chegar ao prefeito, porque não podia chegar sozinho que ele não recebia. Isso aconteceu. Aconteceu porque a gente viu. (Entrevistado A)

[...] hoje, por exemplo, nós temos partido que está no poder que não admite [...] nós temos um presidente de associação que foi expulso de dentro da prefeitura. Foi chamado o guarda e expulsou o companheiro para fora do gabinete dele, que não admitia isso [...] só se ele fosse acompanhado por um vereador que fosse do partido do prefeito [...]. (Entrevistado F)

Mesmo os dirigentes de bairro cuja trajetória política esteve sempre ligada a partidos conservadores ou que pertenciam ao partido do prefeito não o isentam de críticas.

[...] estou cansado das freqüentes reivindicações ao prefeito de Cuiabá, que está totalmente omissa em relação aos bairros. Sequer o aspecto político-partidário ele considera, uma vez que sou mem-

bro do PFL e ajudei a elegê-lo. Além de não me receber em seu gabinete, ele somente envia assessores para ouvir minhas solicitações [...]. (Pres. da A. M. do Bairro Cai Cai – A Gazeta, 25.08.91, p. 7c)

[...] Para mim foi uma blasfêmia quando o Dr. Frederico colocou aquela impostura no gabinete de que só recebia presidente de bairro juntamente com um vereador. Eu passei dez meses sem entrar no gabinete do Dr. Frederico, sendo barrada pelo chefe de gabinete dele [...]. (entrevistado B)

Frederico Campos, coerente com a concepção de representação e participação (indireta) presentes em seu plano de governo, caracterizou sua administração, sobretudo, pela extinção dos mecanismos de participação popular direta no poder executivo, com a desativação de diversos conselhos municipais e o cancelamento das eleições para diretores de escola. *[...] no momento em que o Frederico entrou e falou que desconhecia as associações de moradores, não foi só o Bela Vista que caiu [...], foram todos os bairros. (Entrevistado E).*

Um dos seus primeiros atos, ao assumir o poder, foi vincular o acesso dos representantes de bairro à companhia de um vereador.

[...] ele fechou as portas para os presidentes de bairro. Recebia quando um vereador levava, aí ele recebia. Mas se dissesse assim hoje, dez, quinze, vinte presidentes de bairro querem uma reunião com o prefeito, ele não recebia, a não ser levado por um político. O vereador ou outro político é que tinha que marcar a reunião e levar os presidentes de bairro. (Entrevistado A)

Não raros são os depoimentos de integrantes do movimento comunitário falando sobre a aversão que Frederico Campos parecia ter à população empobrecida, e de sua ausência nas tradicionais inaugurações de obras nos bairros da periferia, ocasião privilegiada pela maioria dos políticos para reforçar sua política

clientelista e fazer promessas, que sabem irrealizáveis, para assegurar sua reeleição no pleito seguinte:

[...] ele não ia a bairro quase né. Alguma obracinha que ele fazia quase nem inaugurar ele ia. Ele mandava secretário [...] nunca foi uma pessoa de contato com o povo. (Entrevistado A)

[...] parece que tem nojo de pôr os pés no bairro, sei lá o quê. Francamente, eu não entendo isso [...]. (Entrevistado F)

[...] o Dante foi um prefeito que reconheceu os trabalhos dos presidentes de bairro, mas o Frederico desconheceu isso, acabou de acabá [...]. (Entrevistado H)

Coerente em sua postura político-ideológica, o governo de Frederico Campos caracterizou-se, ainda, por ter priorizado a prestação de serviços em áreas centrais da cidade. Em pesquisa realizada em julho de 1991 pelo Gazeta-Dados, a população residente nas periferias urbanas expressa sua indignação com a falta de sensibilidade do prefeito para com suas demandas.

[...] esse Frederico não tá fazendo nada. Deus me livre [...] não deveria nem ter existido. Parece que nem existe prefeito. Essa avenida aí, ó [...] foi solicitado prá arrumar não sei quantas vezes [...]. (Entrevistado E)

A participação no Governo Dante/cel. Meirelles: a ótica dos dirigentes das organizações de bairro

Quando solicitada a emitir sua opinião a respeito do governo do Cel. Meirelles, a maioria dos entrevistados demonstrou uma certa condescendência na crítica ao prefeito, limitando-se a enfatizar suas qualidades pessoais, sua vontade política, seu espírito comunitário e sua honestidade político-administrativa.

[...] ele não tá tendo nenhuma condição de fazer tudo o que o povo

quer, tudo que é preciso fazer. E o pessoal não critica ele, muitos presidentes de bairro, pessoas da comunidade [...] que ele vem sendo tão bom para a comunidade que hora que ele não pode fazer as coisas, o pessoal vai queixar com outro órgão. Queixa do governo do Estado, queixa o pessoal, mas não queixa ele, porque foi uma das pessoas que mais deu cobertura para as associações de moradores, não pro presidente, mas pras associações de moradores. (Entrevistado A)

[..] o Dante, depois de quase dois anos como prefeito passou a prefeitura para o Cel. Meirelles [...] eu não to entendendo, eu tenho dito pra muitos líderes comunitários que eu não sei o que está acontecendo. Porque o Cel. Meirelles, ele tem sido um prefeito Comunitário, um prefeito que recebe bem os presidentes de associações de moradores, grupos de idosos, clubes de mães, movimento organizado, mas simplesmente vai ficando assim [...] um vazio. (Entrevistado B)

No entender destes mesmos entrevistados, o não atendimento às necessidades da população e às reivindicações das organizações de bairro ocorreria por motivos alheios à vontade do prefeito. Estão convencidos de que, se ele dispusesse de condições político-econômicas para viabilizar suas propostas administrativas, estas seriam efetuadas:

[...] o Cel. Meirelles foi [...] hoje pode ser que ele não possa fazer, mas tenho certeza que se chegar ao ponto que ele puder fazer, o primeiro que ele faz é ajudar as comunidades, em termos de creche, de colégio [...] dessas coisas. Digo sem medo de errar. O Cel. Meirelles foi um dos melhores comunitários que conheci [...] se hoje ele não faz é porque não tem condições de fazer. Mas se der condições pra ele hoje, amanhã ele tá no meio da comunidade fazendo colégio, creche [...]. (Entrevistado A).

[...] então eu não quero, não critico o Cel. Meirelles em nenhum momento. Não acredito que essa administração que tá aí, deixan-

do muito, muito mesmo a desejar [...] a gente sentindo o Cel. Meirelles a angústia que ele tem, pra que ele pudesse fazer uma administração da altura que o povo merece e não está sendo possível ser feita [...] a administração municipal tá deixando muito a desejar diante do movimento comunitário e a gente, pelo respeito que tem, pelo tratamento, pelo crédito moral e pessoal que o Cel. mostra [...] a gente até se inibe de falar como deveria ser falado. De criticar. De fazer uma crítica, né [...]. (Entrevistado B)

Inicialmente, pensou-se que tal condescendência pudesse ser atribuída ao fato de as entrevistas terem sido realizadas no primeiro ano de mandato do Cel. Meirelles, quando os depoentes ainda não dispunham de elementos suficientes para uma análise mais rigorosa sobre o seu governo.

Entretanto, a realização de um segundo bloco de entrevistas mostrou que, no geral, a opinião dos novos entrevistados em relação à gestão do Cel. Meirelles não era muito diferente dos primeiros, na medida em que também enalteciam suas qualidades pessoais, a atitude democrática do prefeito e sua visão otimista em relação ao potencial político do movimento e do papel a ser desempenhado pelos seus dirigentes na construção de uma nova cultura política. Observou-se, porém, uma certa crítica na falta de habilidade política do Cel. Meirelles para lidar com os conflitos inerentes ao exercício do poder. Além disso, a confusão inicial em relação aos fatores que emperravam a administração do Cel. Meirelles é percebida com maior clareza pelos novos entrevistados.

A opinião dos entrevistados sobre o governo do Cel. Meirelles e sua relação com as organizações de bairro pode ser analisada a partir de dois grandes eixos. O primeiro eixo contempla, basicamente, a opinião dos entrevistados sobre a pessoa do Cel. Meirelles, que estes insistem em dissociar do político Meirelles. Contempla, ainda, a visão destes sobre o tratamento dispensado pelo Cel. Meirelles ao movimento de bairro e seus dirigentes. O segundo eixo contempla os fatores que, na opinião dos entrevistados, influenciaram no direcionamento político do governo do Cel. Meirelles, como a falta de recursos da prefeitura, o conflito

com a Câmara Municipal e a falta de autoridade do Cel. Meirelles sobre assessores.

Nas citações abaixo, observa-se que os entrevistados dissociam a pessoa do Cel. Meirelles do político Meirelles. Nesse sentido, a despeito das críticas que fazem à sua gestão, à sua falta de habilidade política, os entrevistados, em momento algum, questionam sua idoneidade. Assim, apesar de seu governo não se ter caracterizado pela realização de obras, sua imagem permanece irretocável.

[...] eu não quero julgar se ele foi bom ou ruim. E julgo que ele foi uma boa personalidade para o movimento comunitário [...] para nós do movimento comunitário, acho que não vai ter nenhum presidente de bairro que vai falar mal de Meirelles [...] Hoje ele é uma pessoa muito querida pelo movimento de bairro [...] É uma pessoa séria, honesta, acima de tudo honesta [...]. (Entrevistado I)

[...] Ele foi quem deu a sustentação para que o movimento comunitário crescesse, se fortalecesse, no tempo em que ele ficou à frente da prefeitura. Nós devemos muito ao Cel. Meirelles [...]. (Entrevistado L)

[...] É humano. É um cara bom. Um cara bom mesmo [...]. (Entrevistado O).

Dentre os três governos analisados no presente estudo, o governo do Cel. Meirelles é, na opinião da maioria dos entrevistados, o que mais afinidade e respeito demonstrou em relação às organizações de bairro e seus dirigentes, o que tinha realmente um espírito comunitário, o que realmente se preocupou em construir um movimento forte e autônomo, o que realmente priorizou o atendimento às demandas do movimento de bairro.

[...] O Dante, em vista de Frederico Campos, ele tem uma visão melhor. Um tratamento comunitário muito melhor que Frederico Campos. Ele atendia muito melhor [...], mas comunitário mesmo foi o Meirelles [...] se você entrevistar 75% dos presidentes de bairro eles vão dar essa mesma versão [...]. (Entrevistado J)

[...] O Cel. Meirelles, como administrador, sempre pensou muito além do crescimento da cidade [...] Ele trabalhava junto com os presidentes de bairro. Tudo o que os presidentes de bairro falavam, ele levava em discussão [...] levava como prioridade o movimento comunitário [...]. (Entrevistado I)

[...] O Cel. Meirelles é uma pessoa estritamente comunitária. Ele é coronel, militar, mas ele tem um espírito extremamente comunitário. Conhece profundamente a periferia de Cuiabá. Talvez não tenha tido a força de ter passado pelo voto, como candidato, na cabeça de chapa, apenas como vice, mas ele realmente foi quem deu a sustentação para que o movimento crescesse, se fortalecesse [...]. (Entrevistado L)

A análise otimista dos entrevistados em relação à pessoa do Cel. Meirelles, conforme citado anteriormente, não os impediu de criticar sua falta de habilidade para lidar com os conflitos inerentes ao exercício do poder:

[...] O difícil do Cel. Mais, foi porque ele não tinha exceção. Ele atendia gregos e troianos, e no final ofendia o pessoal que ajudada ele [...]. (Entrevistado M)

[...] Meirelles pensava com o movimento comunitário [...] ele passou muita coisa boa para o movimento comunitário. Falou da importância do movimento ser autônomo, de caminhar com as próprias pernas [...] ensinou muitos presidentes de bairro como se comportar numa associação, fazer um trabalho no movimento comunitário [...]. (Entrevistado N)

O mesmo entrevistado que apontou a preocupação do Cel. Meirelles em colaborar na construção de um movimento de bairro autônomo afirma que, apesar do discurso e da boa vontade do Cel. Meirelles para com os dirigentes das organizações de bairro, o seu governo foi pior do que o governo de Frederico Campos, na medida em que não conseguiu atender minimamente às reivindicações encaminhadas pelas associações de moradores.

[...] *Ele tinha vontade de fazer. Os presidentes de bairro acabou ficando mais queimados na administração de Meirelles do que na administração de Frederico, por isso. Mas não foi porque ele não queria fazer. Ele tinha vontade de fazer, mas não conseguiu. Primeiro porque a Câmara não ajudou e também porque muitos secretários não se interessaram [...].* (Entrevistado N)

Ao avaliar os fatores que influenciaram o direcionamento tomado pela gestão do Cel. Meirelles, os entrevistados apontam a falta de empenho de seus assessores, o embate com a câmara de vereadores:

[...] *O conflito se deu porque Meirelles é um prefeito estritamente comunitário e os vereadores não aceitavam que os presidentes de bairro tivessem mais vez que os vereadores [...]. Então os vereadores ficaram enciumados com a abertura para os presidentes de bairro [...]. E os vereadores não entendiam dessa forma. Eles entendiam que tudo tinha que fazer tinha que passar pelas mãos dos vereadores [...].* (Entrevistado I)

[...] *Muitos projetos de interesse da comunidade a Câmara não aprovava porque, naturalmente, perguntava: o senhor quer apoiar nós, ou como é que faz. Se apoiar presidente de bairro, manda o presidente de bairro votar para o senhor [...].* (Entrevistado M)

Ao contrário de Frederico Campos, que só recebia os dirigentes das organizações de bairro se estes se fizessem acompanhar de um vereador da coligação pela qual se elegera, no governo do Cel. Meirelles, o diálogo entre os dois atores ocorreu sem a mediação de representantes do parlamento municipal.

[...] *O cel. Meirelles do jeito que recebe um vereador ele recebe um presidente de bairro. Cada qual nas suas alturas porque a gente sabe que um presidente de bairro não é [...] não tem a força que um vereador tem. Mas o Cel. Meirelles, uma vez por mês ele tem reunião com os presidentes de bairro. E não tem decepção. Se é*

fulano ou se é sicrano. Seja lá quem for ele recebe de um jeito só
[..]. (Entrevistado A)

Considerações finais

A opinião dos entrevistados quanto ao comportamento adotado por cada um dos dirigentes em relação às organizações de bairro, durante o período, permitem-nos afirmar que os governantes em exercício adotaram posturas diversas, senão mutuamente antagônicas em relação à participação das organizações de bairro no governo local.

Nesse sentido, uma primeira conclusão a que se poderia chegar é que, enquanto os governos de Dante de Oliveira e Cel. Meirelles foram estimuladores de processos participativos, o de Frederico Campos mostrou-se totalmente refratário à participação das organizações da sociedade civil no seu governo. Sua gestão esteve assentada em uma concepção elitista, formal e hierarquizada de participação e democracia, na qual apenas os integrantes do legislativo municipal, fundamentalmente do seu partido, eram considerados os legítimos representantes das demandas da sociedade civil, recusando-se, portanto, a reconhecer os canais de interlocução/comunicação com as organizações de bairro e seus representantes.

Retomando a comparação entre os governos de Dante de Oliveira e Cel. Meirelles, tanto um como outro incentivaram a participação das organizações de bairro no governo local, além de destacar a importância da participação política dos setores populares para a construção da cidadania e da democracia. Entretanto, enquanto no ideário político de Dante de Oliveira, a participação limitar-se-ia ao seu caráter reivindicatório, propositivo e fiscalizador, o discurso do Cel. Meirelles sobre a participação ia além. Este propõe, através de cooperativas e conselhos populares a serem criados nos bairros, a parceria entre governo municipal e as organizações de bairro, em que a estas últimas não caberia apenas reivindicar, propor e fiscalizar, mas também participar da execução dos serviços, arrecadação, limpeza e saneamento urbano, entre outros.

Os canais privilegiados por um e outro para a viabilização da participação são diferentes. Enquanto Dante de Oliveira incentiva a participação popular sem ameaçar a representação política tradicional, o programa de descentralização político-administrativa proposto pelo Cel. Meirelles centra-se em uma política que desloca o eixo do poder dos espaços tradicionais de representação para as organizações de bairro.

Cumprê destacar que, enquanto defensor do voto distrital, o Cel. Meirelles não descarta a representação política institucional, apenas questiona a qualidade da representação vigente. Tanto é assim que, em seus encontros com os representantes das organizações de bairros, Meirelles os incentiva a ocuparem cadeiras no legislativo municipal.

A gestão do Cel. Meirelles, pelo seu ideal político, pela relação que buscou estabelecer com as organizações de bairro e pelo estímulo que deu a estas para que viessem a construir uma representação política mais autêntica no parlamento municipal pode ser considerado, ainda que o seu governo não tenha se caracterizado pela realização de obras, como o governo mais democrático do período.

Referência bibliográfica

BOBBIO, Norbert. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Pensamento crítico. 63). 171p.

BORON, Atílio A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 272 p.

COHN, Amélia. Descentralização, saúde e cidadania. In: **Lua Nova. Ver. Brasileira de Cultura e Política**, n. 32. São Paulo: Cedec, 5-6, 1994.

COSTA, Denise de Souza et al. A (in)subordinação dos trabalhadores nas associações comunitárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 39, Cortez, p. 99-116.

CUNHA, Rosani Evangelista da. Da descentralização à autonomização: uma avaliação preliminar das estratégias de gestão municipal em saúde. In: **Revista de Administração Pública**. Encontro Anual da Associação

Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Angra dos Reis – Rio de Janeiro. FINEP/Capes, 71-485, set./1996.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: **Revista Espaço e Debates**, n. 24, São Paulo, 1988. p. 26-39.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DURHAN, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 10, São Paulo, 1984. p. 24-30.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e Moderna**. Tradução de Waldéa Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 192 p.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior et al. Gestão local no nordeste do Brasil: a busca de novos paradigmas. In: Tânia Fischer (Org.). **Gestão contemporânea, cidades e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p 101-122.

GOHN, Maria da Glória. Participação e a questão popular na cidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1991.

HARNECKER, Marta. **Fazendo caminho ao caminhar: experiências de partidos de esquerda em governos locais no Brasil, Uruguai e Venezuela**. Brasília: Thesaurus, 1996. 365 p.

JACOBI, Pedro. Descentralização e participação: alcances e limites da inovação no município de São Paulo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 41, São Paulo, Cortez, abr. 1993, p. 22-38.

MARTINS, Carlos Estevam. **O circuito do poder: democracia, participação, descentralização**. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MEIRELLES, José. **Comunidade Solidária de auto-gestão. Democratizando o exercício do poder através da participação comunitária. A verdadeira transformação da gestão pública municipal**. Cuiabá, 1995. (Mimeo).

MENDES, Eugênio Lima. Participação popular e governo: algumas questões teóricas, conceituais e práticas. In: **Anais do XVII Encontro**

Anual da Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPED, v. 3, Curitiba, 1994. p. 44-56.

RAICHELES, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1998.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

TORRES, Ártemis A. Mota. **Mobilização popular por escola e consciência política: o caso do bairro Bela Vista**. Barcelona/Espanha, 1992. Tese de Doutorado – UAB.

Documentos oficiais

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. **Plano de Ação Municipal** (1989 – 1992), 1988.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. **Programa de Governo Democrático** (1993-1996), 1992.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. **Programa de Governo Frente Popular Cuiabana** (1993 – 1996), 1992, 40 p.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. **Comunidade Solidária de Autogestão. Democratizando o exercício do poder através da participação comunitária. A verdadeira transformação da gestão pública municipal**. 1995. 11p.

CUIABÁ. Secretaria de Estado e Educação. **Política educacional para o Estado de Mato Grosso: uma proposta**. 1995, 56p.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. **A educação em Cuiabá, rompendo paradigmas**. 1993, 51p.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Coordenação de Planejamento. Informações gerenciais**. 1995. 19 p.